

## PROVA ESCRITA

---

Concurso para a Categoria de Assistente Operacional do AEFC

---

Procedimento Concursal nos termos do Aviso nº6341/2019

---

Data 24 de junho 2019

Duração da Prova:60minutos.

---

2019

Para escrever utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta  
É interdito o uso de lápis e corretor.  
As cotações e glossário da prova encontram-se na página nº2.

### NORMAS

- As respostas devem ser dadas nos espaços previstos para tal, sem usar as margens ou as entrelinhas.
- Não se aceitam folhas de rascunho.
- Só se avaliam testes escritos a tinta azul ou preta.
- Está interdita a utilização de tinta corretora.
- Qualquer resposta alterada deverá estar completamente escurecida, trancada ou riscada.
- O nome do candidato só deve constar no cabeçalho, sendo proibido rubricar ou acrescentar sinais ou expressões que personalizem a prova.

**O NÃO CUMPRIMENTO DE QUALQUER DAS NORMAS ACIMA REFERIDAS  
IMPLICA A ANULAÇÃO DA PROVA NO TODO OU EM PARTE.**

A prova é constituída por três grupos de itens:

**Grupo I**– Constituído por escolha múltipla sobre a Lei 35/2014, de 20 junho e Leiº7/2009, de 12 de fevereiro.

**Grupo II**– Constituído por itens de identificação por verdadeiro ou falso , sobre a Lei 66 B/2007, de 28 dezembro e Projeto Educativo do AEFC.

**Grupo III** – Constituído por seis itens de resposta curta, sobre a Lei 66 B/2007, de 28 dezembro, Leiº7/2009, de 12 de fevereiro e Regulamento interno do AEFC e um item de resposta extensa, orientada para o projeto educativo do AEFC.



## Prova Escrita

Concurso para a Categoria de Assistente Operacional do AEFC

### Glossário da legislação vigente.

- LTFP-Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei 35/2014, 20 de junho.
- Lei 66B/2007, 28 dezembro – Gestão e avaliação no desempenho na Administração Pública.
- Código do Trabalho – Lei 7/2009, 12 de fevereiro
- Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Forte da Casa.
- Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas do Forte da Casa.

### Cotações

Questões	Pontos
<b>Grupo I escolha múltipla</b>	<b>50p</b>
<b>10questões</b>	<b>5p</b>
<b>Grupo II verdadeiro e falso/ligações</b>	<b>42p</b>
<b>1</b>	<b>12=2px6 2p cada alínea certa</b>
<b>2</b>	<b>30=2px15 2p cada ligação certa</b>
<b>Grupo III</b>	<b>108p</b>
<b>Questões de resposta curta</b>	
<b>1</b>	<b>14p</b>
<b>2</b>	<b>14p</b>
<b>3</b>	<b>14p</b>
<b>4</b>	<b>14p</b>
<b>5</b>	<b>13p</b>
<b>6</b>	<b>14p</b>
<b>7-Resposta longa/extensa</b>	<b>25p</b>
<b>Total da Prova</b>	<b>200 pontos</b>

## GRUPO I

Para cada um dos itens que se seguem, selecione a alternativa que considera correta.

1- A LTFP no artigo 73º, estabelece os deveres dos trabalhadores, consistindo o dever de zelo em:

- A. Conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.
- B. Acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal.
- C. Conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções, de acordo com a equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado.
- D. Nenhuma das opções anteriores.

2- A LTFP no artigo 176º, estabelece que todos os trabalhadores são disciplinarmente responsáveis perante os seus superiores hierárquicos. O direito de instaurar o procedimento disciplinar, segundo o artigo 178º, prescreve no prazo de:

- A. Um ano sobre o conhecimento da infração disciplinar por qualquer superior hierárquico.
- B. Seis meses sobre o conhecimento da infração disciplinar por qualquer superior hierárquico.
- C. 60 dias sobre o conhecimento da infração disciplinar por qualquer superior hierárquico.
- D. Não tem prazo de prescrição.

**3-** Segundo a LTFP artigo 193º, a sanção disciplinar de suspensão prescreve no prazo contado da data em que a decisão se tornou inimpugnável, de:

- A.** Um mês.
- B.** Três meses.
- C.** Seis meses.
- D.** Um ano

**4-** A LTFP no artigo 180º nº1 e nº2, estabelece a obrigatoriedade do processo disciplinar para as infrações disciplinares que possam resultar nas seguintes sanções:

- A.** Suspensão, despedimento disciplinar ou demissão e cessação da comissão de serviço.
- B.** Despedimento disciplinar ou demissão e cessação da comissão de serviço.
- C.** Repreensão escrita, multa, suspensão, despedimento disciplinar ou demissão e cessação da comissão de serviço.
- D.** Multa, suspensão, despedimento disciplinar ou demissão e cessação da comissão de serviço.

**5-** No artigo 15º da LTFP, a falta por motivo de doença devidamente comprovada durante 3 dias seguidos, implica:

- A.** A perda de 10 % da remuneração diária, a partir do quarto dia e até ao trigésimo dia de incapacidade temporária.
- B.** A perda da totalidade da remuneração diária nos primeiro, segundo e terceiro dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas.
- C.** As faltas por doença implicam sempre a perda do subsídio de refeição.
- D.** A perda da totalidade da remuneração diária nos primeiro, segundo e terceiro dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas, conjuntamente com a perda do subsídio de refeição.

**6-** O Código do Trabalho estabelece no artigo 39º, as modalidades de licença parental, que incluem:

- A.** Licença parental exclusiva do pai e licença parental inicial.
- B.** Licença parental exclusiva da mãe e licença parental exclusiva do pai.
- C.** Licença parental inicial a gozar pelo pai por impossibilidade da mãe e a licença parental exclusiva do pai.
- D.** Todas as modalidades das alíneas anteriores estão corretas.

**7-** Na LTFP no artigo 128º, está contemplada a situação de Doença em período de férias. As férias são suspensas, desde que o empregador público seja informado. Estas deverão ser repostas, no prazo:

- A.** de 5 dias.
- B.** de 10 dias se estiver no estrangeiro.
- C.** no dia útil seguinte à nota de alta.
- D.** de 3 dias em carta registada com o respetivo documento comprovativo da doença.

**8-** O artigo 162º nº2 da LTFP, estabelece que no que se refere ao acréscimo remuneratório devido por prestação de trabalho suplementar, prestado em dia de descanso semanal e em dia feriado, confere ao trabalhador o direito a um acréscimo por cada hora de trabalho efetuado, de...

- A.** ...37,5% da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.
- B.** ...50% da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.
- C.** ...25% da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.
- D.** ...65% da remuneração por cada hora de trabalho efetuado.

**9-** A LTFP estabelece nos termos do artigo 49º nº2, que o período experimental no contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, tem a duração de:

**A.** 120 dias para todos os trabalhadores.

**B.** 90 dias para os assistentes operacionais, 180 dias para os assistentes técnicos e 360 dias para os técnicos superiores.

**C.** 30 dias no contrato a termo certo de duração igual ou superior a seis meses e no contrato a termo incerto cuja duração seja superior ao limite estabelecido.

**D.** 12 dias no contrato a termo certo de duração inferior a seis meses e no contrato a termo incerto cuja duração não seja superior ao limite estabelecido.

**10-** Sem prejuízo do direito das associações sindicais, as assembleias de trabalhadores podem deliberar o recurso à greve. Em que condições o podem fazer, nos termos do artigo 396º, da LTFP?

**A.** Não podem deliberar o recurso à greve.

**B.** Podem deliberar o recurso à greve, desde que entre outras condições, pelo menos um terço dos trabalhadores do órgão ou serviço participe na votação e a declaração de greve seja aprovada por voto secreto por dois terços dos votantes.

**C.** Podem deliberar o recurso à greve, desde que entre outras condições, a maioria dos trabalhadores participe na reunião e a declaração de greve seja aprovada por voto secreto pela maioria dos votantes.

**D.** Podem deliberar o recurso à greve, desde que entre outras condições, a totalidade dos trabalhadores do órgão ou serviço manifeste o seu acordo.

## Grupo II

1-A Lei 66B/2007 de 28/Dezembro, estabelece os elementos de avaliação da ponderação curricular.

Os elementos a ponderar são:

- a) Habilitações Académicas e Profissionais.
- b) Identificação de Género.
- c) Valorização Curricular.
- d) Exercício de Cargos.
- e) Experiência Profissional.
- f) Todos os elementos estão corretos.

**1.1. Classifica os itens de Verdadeiros (V) e Falsos (F), transcrevendo para a folha de prova a validação dos mesmos.**

2- No Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Forte da Casa, existe uma classificação expressa pelos Parâmetros: domínios e áreas de intervenção do AEFC.

Faça corresponder na folha de prova, cada domínio identificado pelos números (1, 2, 3 e 4), às respetivas áreas de intervenção que estão designadas pelas letras do alfabeto de (A a P). Exemplo: 1X, 3Z, 4W, 3Y, etc.

### Domínios

1	Ensino aprendizagem
2	Formação integral do aluno
3	Organização e gestão escolar
4	Comunidade educativa

### Área de Intervenção

A	Cidadania
B	Liderança
C	Pais e Encarregados de Educação
D	Abandono e absentismo escolar
E	Clima relacional
F	Indisciplina
G	Saúde, desporto, cultura e arte
H	Sucesso escolar
I	Supervisão da prática letiva
J	Comunicação
L	Formação contínua do pessoal docente e não docente
M	Eficiência e eficácia na gestão de recursos humanos
N	Comunidade envolvente
O	Planeamento e organização
P	Autoavaliação

### Grupo III

1- Segundo o artigo 35º da Lei 66 B/2007 de 28/Dezembro, identifique e defina os parâmetros de avaliação de desempenho dos trabalhadores.

2- Segundo a lei 66 B/2007 de 28/dezembro, nos termos do artigo 11º nº1, como se processa e expressa em pontuação, o parâmetro de avaliação "**Resultados**"?

3- Segundo a lei 66 B/2007 de 28/dezembro, nos termos do artigo 37º nº1, como é expressa a avaliação final do trabalhador em termos qualitativos e quantitativos?

4- Segundo o artigo 70º nº1 e nº2, da Lei 66 B/2007, é permitida a reclamação da homologação da avaliação, pelo avaliado?- Em caso afirmativo, enuncie os termos da mesma.

5- Identifique as causas de caducidade do contrato de trabalho a termo certo, nos termos gerais do Código do Trabalho-Lei 7/2009 de 12 fevereiro, expressas no artigo 343º.

6- Segundo o Regulamento Interno do AEFC, o pessoal não docente tem direitos e deveres obrigatórios.  
Enuncie três direitos e três deveres à sua escolha.

7- O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Forte da Casa é um documento estruturante e orientador para a Comunidade Escolar.  
Com base neste documento, descreva e relacione os enquadramentos histórico e geográfico do AEFC.

**FIM**